

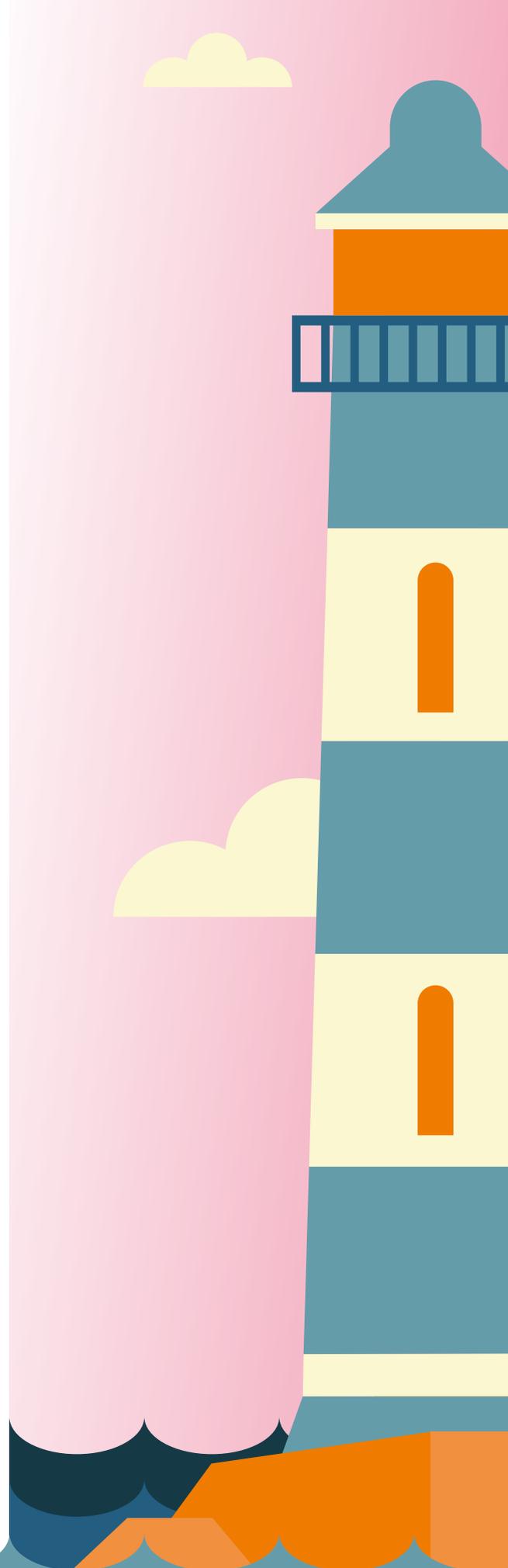
 Vpreveme II



Relatório Anual
2017 • 2018

ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA	05
ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME	06
NÚMERO DE PARTICIPANTES	07
INVESTIMENTOS - PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR	
1. TOTAL DOS INVESTIMENTOS	08
2. GESTÃO TERCEIRIZADA	09
3. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIO	09
DESPESAS	
1. DESPESAS COM CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	10
2. DESPESAS COM PESSOAL	10
3. DESPESAS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS	11
4. DESPESAS DIVERSAS E TRIBUTOS	11
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
PARECER DA AUDITORIA	13
PARECER ATUARIAL	16
ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	18
ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	24
ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL	47
ANEXO IV: PARECER ATUARIAL	48





MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

A Diretoria da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II apresenta a seguir o Relatório Anual de 2017.

Por meio dele, você poderá conferir como se encontra a administração do Plano da PREVEME II, a situação patrimonial, as despesas administrativas e de investimentos, a situação dos investimentos: como alocação, gestão e rentabilidade obtida no período. Esta publicação tem por objetivo demonstrar a integridade patrimonial e financeira do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa administrados pela PREVEME II.

Deste modo, leia atentamente o conteúdo deste Relatório, que traz pontos importantes a respeito da gestão da entidade.

Boa leitura.

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEME II







ADMINISTRAÇÃO PREVEME II

CONSELHO DELIBERATIVO

Fernando do Valle – Presidente
Francisco Barbeiro – Conselheiro
Afonso Chaguri – Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Ceccato – Diretor Superintendente
Nei Alves – Diretor Administrativo e de Investimentos
Rita Duarte – Diretora Jurídica

CONSELHO FISCAL

Marcio Pomini – Presidente
Anderson Cotrim – Conselheiro
Renata Mendes – Conselheira

No Conselho Fiscal e no Conselho Deliberativo há um conselheiro escolhido pelas patrocinadoras para ser o representante dos participantes, inclusive aposentados. No Conselho Fiscal seu representante é o Anderson Cotrim e no Conselho Deliberativo é o Afonso Chaguri.



NÚMERO DE PARTICIPANTES

Apresentamos o número de participantes da Entidade. Estes números são referentes ao último dia do ano.

Participantes Ativos	3.173
Participantes Contribuintes	1.487
Participantes Não Contribuintes	1.686
Participantes em Benefício Proporcional Diferido	37
Participantes em Autopatrocínio	54
Aposentados	166
Total	3.430

INVESTIMENTOS PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR

I. TOTAL DOS INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	GESTORES	TOTAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS	%
RENDA FIXA		208.091.586,30	84,94%
Capitania CP FIM	Capitânia	17.471.153,28	7,13%
Capitania Index	Capitânia	4.206.405,58	1,72%
Coruja	Novero	45.760.860,90	18,68%
FIRF CP Imob	Novero	4.261.618,30	1,74%
Match DI	BNP Paribas	67.249.743,77	27,45%
Pelicano	Franklin	46.587.676,03	19,02%
Títulos Públicos	JP Morgan	22.554.128,44	9,21%
RENDA VARIÁVEL		17.344.276,37	7,08%
Expertise	Sul America	644.904,40	0,26%
Fama	Fama	1.570.437,78	0,64%
Núcleo	Núcleo	1.350.420,37	0,55%
Oceana Select	Oceana	3.590.258,94	1,47%
PIPE FIC FIA	Pátria	9.342.915,68	3,81%
Small Caps FIC	Quest	845.339,20	0,35%
Investimentos estruturados		2.801.768,07	1,14%
FII F Centerci	Rio Bravo	1.329.621,00	0,54%
RE III	Pátria	1.472.147,07	0,60%
Investimentos no exterior		11.696.558,69	4,77%
BB MM Blackrock IE	Black Rock	6.946.482,93	2,84%
BB Multi JPM IE FI	JP Morgan	4.750.075,76	1,94%
Operações com participantes		5.051.976,78	2,06%
Empréstimos	Adm. Própria	5.051.976,78	2,06%
TOTAL		244.986.166,21	100,00%

2. GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores	Total por Gestor	% do Total dos Investimentos
Administração Própria	5.051.976,78	2,06%
Black Rock	6.946.482,93	2,84%
BNP	67.249.743,77	27,45%
Capitânia	21.677.558,86	8,85%
Fama	1.570.437,78	0,64%
Franklin	46.587.676,03	19,02%
JP Morgan	27.304.204,20	11,15%
Novero	50.022.479,20	20,42%
Núcleo	1.350.420,37	0,55%
Oceana	3.590.258,94	1,47%
Pátria	10.815.062,75	4,41%
Quest	845.339,20	0,35%
Rio Bravo	1.329.621,00	0,54%
Sul America	644.904,40	0,26%
Total dos Investimentos	244.986.166,21	100,00%

3. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIO

Investimentos	Rentabilidade	Benchmark	2017	
Global	12,50%	Global	CDI + 0,50% a.a	10,59%
Renda Fixa	9,41%	Renda Fixa	70% CDI + 30% IMAB5+	10,08%
Renda Variável	83,06%	Renda Variável	IBrX	27,55%
Estruturados	-0,77%	Estruturados	IPCA + 5,0% a.a	8,09%
Exterior	23,43%	Exterior	MSCI World	19,47%
Operações com participantes	20,57%	Operações com participantes	IPCA + 5,0% a.a	8,09%

- OBS:
- resumo da Política de Investimentos pode ser verificado no Anexo I deste Relatório.
 - Demonstrativo de Investimentos pode ser verificado no Anexo II deste Relatório.

DESPESAS

I. DESPESAS COM CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO PLANO PREVEME II	
Classificação	
Andima	5.088,00
Auditoria	10.220,10
Cartório	250,37
Cetip	75.031,50
Controladoria	31.701,55
Corretagens BM&F	48.690,90
Custódia	38.513,11
Despesas Jurídicas	11,67
Gestão	488.663,89
Selic	3.193,75
Taxa Bovespa	226,75
Taxa de Administração	7.362,71
Taxa de Fiscalização CVM	28.761,60
Total	737.715,90

2. DESPESAS COM PESSOAL

Em 2017 o Plano de Gestão Administrativa da PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 667.713,39 com despesas referentes à folha de salários dos funcionários e estagiários, sendo que deste total, o valor de R\$ 333.856,70 foi reembolsado pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME devido ao rateio dessas despesas em função do esforço laboral dos funcionários ser demandado para trabalhos com esta entidade.

A PREVEME II segue a mesma política de remuneração variável da Patrocinadora Principal.

3. DESPESAS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS

Prestador		2017
Previdencial		
Consultoria Atuarial	Towers Watson	58.858,09
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	198.319,02
Consultoria Jurídica	Jose Helio de Jesus	3.748,00
Auditoria Contábil	PWC	32.459,74
Outras Despesas		
Comunicação	Serifa Edit.	4.200,00
Manutenção Site	Linea Creativa	1.140,00
Investimentos		
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	27.574,66
Consultoria dos Investimentos	PPS	10.000,00
Consultoria Jurídica	Caalbor	1.537,72
Total		337.837,23

4. DESPESAS DIVERSAS E TRIBUTOS

Em 2016 o Plano de Gestão Administrativa administrado pela PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 160.598,34 com despesas diversas, correspondentes a 13,77% das despesas totais do Plano.

	2017
Certificações	1.118,00
Correios	7.367,45
Despesas Bancárias	44,65
Despesas Cartorárias	5.152,04
Impostos Municipais	43,53
Multas e Juros	175,66
Pis e Cofins	56.647,59
Serasa	17.751,83
Tafic	19.500,00
Treinamentos/Congressos/Seminários	48.940,33
Viagens e Estadias	3.857,26
Total	160.598,34

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SITUAÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	2017	2016
Disponível	77	28
Realizável	250.714	208.504
Gestão Previdencial	2.543	6
Gestão Administrativa	176	32
Investimentos	247.995	208.466
Títulos Públicos	22.554	21.899
Ações	393	-
Fundos de Investimentos	220.176	181.491
Empréstimos e Financiamentos	4.872	5.076
Empréstimos e Financiamentos	250.791	208.532
PASSIVO	2017	2016
Exigível operacional	386	297
Gestão Previdencial	224	179
Gestão Administrativa	133	105
Investimentos	29	13
Patrimônio social	250.405	208.235
Provisões Matemáticas	237.323	198.526
Benefícios Concedidos	41.973	33.383
Benefícios a Conceder	200.426	170.155
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.076)	(5.012)
Equilíbrio Técnico	9.132	5.766
Resultados Realizados	9.132	5.766
Superávit Técnico Acumulado	9.132	5.766
Fundos	3.950	3.943
Fundos Previdenciais	2.312	2.588
Fundos Administrativos	643	591
Fundos de Investimentos	995	764
Total do PASSIVO	250.791	208.532

As Demonstrações Contábeis completas podem ser verificadas no Anexo III deste Relatório.

PARECER DA AUDITORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadoras
Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado nas Notas 3(c) e 5.3(a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2017, a Entidade investe no Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário, no montante de R\$ 4.262 mil (R\$ 4.368 mil em 2016), no Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Corporativa ("FII RB"), no montante de R\$ 937 mil (R\$ 865 mil em 2016), no Pátria Brasil Infraestrutura III Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações, no montante de R\$ 1.472 mil (R\$ 1.411 mil em 2016), no Novero Coruja Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado ("Novero Coruja"), no montante de R\$ 45.761 mil (R\$ 49.634 mil em 2016), no Capitânia Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa ("Cap. Index"), no montante de R\$ 4.206 mil (R\$ 3.960 mil em 2016) e no Capitânia Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado ("Cap. Mult."), no montante de R\$ 17.471 mil (R\$ 16.629 mil em 2016), para os quais não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes em função dos assuntos abaixo sumariados:

- O Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de junho de 2017 com abstenção de opinião. O fundo possuía investimentos, que representavam mais de 50% do seu patrimônio líquido, em certificados de recebíveis imobiliários ("CRIs") e cédulas de crédito imobiliário ("CCIs") cujos devedores finais encontravam-se em processo de recuperação judicial e/ou cujas operações tiveram vencimento antecipado declarado. A abstenção de opinião está fundamentada nas incertezas em relação ao andamento do processo de Recuperação Judicial e ao sucesso das negociações com as devedoras.



Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II

- Os Fundos de Participações e Imobiliários mencionados na nota explicativa 5.3 (a) e que totalizam investimentos de R\$ 2.409 mil (R\$ 2.276 mil em 2016) não tiveram suas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de dezembro de 2017, cujos os prazos regulatórios para divulgação são de 150 e 90 dias da data-base, respectivamente.
- O Novero Coruja não teve suas demonstrações contábeis de 2017 divulgadas na data-base de 30 de setembro de 2017. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, investia aproximadamente 25,14% do seu patrimônio líquido em outros fundos de investimento que possuem suas últimas Demonstrações contábeis divulgadas com (16%) abstenção de opinião e (9%) com ressalvas relacionadas a limitação de escopo dos trabalhos.
- Os fundos Cap Index e Cap Multi tiveram seus relatórios de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas nas datas-base de 30 de setembro e 30 de junho de 2017, respectivamente, com ressalvas de limitação de escopo, uma vez que investem indiretamente cerca de 39,32% do seu patrimônio líquido consolidado em certificados de recebíveis imobiliários (CRI's), para os quais uma parcela dos devedores encontravam-se em recuperação judicial e/ou com parcelas vencidas.

Em função do descrito acima, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis da Entidade, caso as apropriadas evidências de auditoria tivessem sido obtidas para os referidos investimentos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018


 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5


 Edison Arisa Pereira
 Contador CRC 1SP127241/O-0

PARECER ATUARIAL

A consultoria Willis Towers Watson, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios mantido pela PREVEME II, apresentou Parecer Atuarial sobre a situação atuarial do Plano.

As principais hipóteses financeiras e biométricas utilizadas pela consultoria Towers foram:

	2017	2016
Hipóteses Econômicas e Financeiras		
Taxa real anual de juros	5,0%	5,0%
Projeção do crescimento real de salário	2,0%	4,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Experiência WTW modificada PREVEME II	Experiência WTW modificada PREVEME II
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%.

VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com 31/12/2016:

	Valores em R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Atuarial	242.399.598,38	203.538.528,07
Benefícios Concedidos	41.973.058,09	33.383.037,21
Contribuição Definida	41.973.058,09	33.383.037,21
Benefícios a Conceder	200.426.540,29	170.155.490,86
Contribuição Definida	198.301.324,29	167.862.781,86
Benefício Definido	2.125.216,00	2.292.709,00

Para o fechamento do exercício de 2017 foi realizado estudo de aderência das hipóteses atuariais e da taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, pelo consultor Willis Towers Watson.

O Parecer Atuarial completo pode ser verificado no Anexo IV deste Relatório

ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 23/01/2018 08:26:28

Informações da Entidade

Código: 4604

Sigla: PREVEME II

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 2010002083 - PLANO DE BENEFÍCIOS

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
70,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B 5+	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
100,00	INVESTIMENTOS	100,00	IPCA	5,23
100,00	INVESTIMENTOS NO	100,00	MSCI-World	0,00
100,00	PLANO	100,00	IPCA	5,23

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 0

Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	85,00	75,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	13,00
IMÓVEIS	0,00	5,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	7,00	3,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	2,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	5,00	10,00	7,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Piano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	11,82	6,17	9,67	
RENDA FIXA	12,41	5,07	0,00	
RENDA VARIÁVEL	14,52	23,94	0,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,98	2,82	0,00	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-14,02	14,80	0,00	
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,45	9,06	0,00	

Observação:

Observações



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 23/01/2018 08:43:21

Informações da Entidade

Código: 4604 Sigla: PREVEME II Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	IPCA	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	IPCA	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 0 Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco Operacional
Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	98,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Não			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM			x
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA			x
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA			x
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE			x
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO			x

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	12,97	6,87	3,95	
RENDA FIXA	12,97	6,87	0,00	
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

Observações

--

ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2017

Entidade: 4604-PREVEME II

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 15/03/2018 09:28:57

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	599.224,93
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	599.224,93
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	2.186,26
Depósitos:	2.205,74
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-19,48
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	597.038,66
09.636.393/0001-07	597.038,66

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2017

Entidade: 4604-PREVEME II

Plano de Benefícios: 2010002083-PLANO DE BENEFÍCIOS

Data de Geração: 15/03/2018 09:27:56

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	247.443.751,54
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	247.443.751,54
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	30.456.913,15
Depósitos:	75.047,43
Títulos Públicos:	22.554.128,43
Títulos Privados:	0,00
Ações:	393.222,60
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	5.115.229,52
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	2.319.285,17
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	216.986.838,38
20.519.417/0001-72	45.760.860,89
20.643.534/0001-43	46.587.676,02
17.397.125/0001-08	6.946.482,92
17.413.636/0001-68	4.750.075,75
09.636.393/0001-07	67.249.743,77
12.282.909/0001-69	4.206.405,57
09.412.687/0001-47	17.471.153,28
00.601.692/0001-23	1.570.437,77
03.683.056/0001-86	936.398,40
15.862.639/0001-53	4.261.618,30
26.559.191/0001-10	1.350.420,36
17.157.131/0001-80	3.590.258,94
18.563.785/0001-76	1.472.147,06
20.056.368/0001-89	9.342.915,68
11.392.165/0001-72	845.339,19
16.892.122/0001-70	644.904,39

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	2017	2016
Disponível	77	28
Realizável	250.714	208.504
Gestão Previdencial	2.543	6
Gestão Administrativa	176	32
Investimentos	247.995	208.466
Títulos Públicos	22.554	21.899
Ações	393	-
Fundos de Investimentos	220.176	181.491
Empréstimos e Financiamentos	4.872	5.076
Total do ATIVO	250.791	208.532
PASSIVO	2017	2016
Exigível operacional	386	297
Gestão Previdencial	224	179
Gestão Administrativa	133	105
Investimentos	29	13
Patrimônio social	250.405	208.235
Provisões Matemáticas	237.323	198.526
Benefícios Concedidos	41.973	33.383
Benefícios a Conceder	200.426	170.155
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.076)	(5.012)
Equilíbrio Técnico	9.132	5.766
Resultados Realizados	9.132	5.766
Superávit Técnico Acumulado	9.132	5.766
Fundos	3.950	3.943
Fundos Previdenciais	2.312	2.588
Fundos Administrativos	643	591
Fundos de Investimentos	995	764
Total do PASSIVO	250.791	208.532

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

	2017	2016	Variação
A) Patrimônio social – início do exercício	208.235	174.208	19,53%
I. Adições	61.978	54.121	14,52%
(+) Contribuições previdenciais	27.083	26.219	14,95%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	33.446	26.472	3,30%
(+) Receitas administrativas	1.156	1.235	(6,40%)
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	65	85	(27,06%)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	231	110	110%
2. Destinações	(19.808)	(20.094)	(1,42%)
(-) Benefícios	(11.862)	(13.288)	(10,73%)
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(6.780)	(5.751)	17,89%
(-) Despesas administrativas	(1.166)	(1.055)	10,52%
3. Acréscimo no patrimônio social (1 + 2)	42.170	34.027	23,93%
(+) Provisões matemáticas	38.797	33.331	16,40%
(+) Superavit/déficit técnico	3.366	268	1.155,97%
(+) Fundos previdenciais	(276)	53	(620,75%)
(+/-) Fundos administrativos	52	265	(80,38%)
(+) Fundos dos Investimentos	231	110	110%
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	250.405	208.235	20,25%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEVE II
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

	2017	2016	Variação
A) Ativo líquido – início do exercício	206.880	173.228	19,43%
I. Adições	61.289	53.549	14,45%
(+) Contribuições	27.843	27.077	2,83%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	33.446	26.472	26,34%
2. Destinações	(19.402)	(19.897)	97,51%
(-) Benefícios	(11.862)	(13.288)	89,26%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(6.780)	(5.751)	17,89%
(-) Custeio administrativo	(760)	(858)	(11,42%)
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	41.887	33.652	24,47%
(+) Provisões matemáticas	38.797	33.331	16,40%
(+) Fundos previdenciais	(276)	53	(620,75%)
(+/-) Superávit técnico do exercício	3.336	268	1.155,97%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	248.767	206.880	19,76%
C) Fundos não previdenciais	1.638	1.355	20,89%
(+) Fundos administrativos	52	265	80,38%
(+) Fundos dos Investimentos	231	110	110%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEME II
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

	2017	2016	Varição
I. Ativos	250.658	208.427	20,07%
Disponível	75	26	188,46%
Recebível	3.185	597	433,50%
Investimento	247.398	207.804	19,05%
Títulos Públicos	22.554	21.899	2,99%
Ações	393	-	-
Fundos de investimento	219.076	180.829	21,43%
Empréstimos e Financiamentos	4.872	5.076	(0,40%)
2. Obrigações	253	192	31,77%
Operacional	253	192	31,77%
3. Fundos não previdenciais	1.638	1.355	20,89%
Fundos administrativos	643	591	8,80%
Fundos dos investimentos	995	764	30,24%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	248.767	206.880	19,43%
Provisões matemáticas	237.323	198.526	19,54%
Superávit técnico	9.132	5.766	58,38%
Fundos previdenciais	2.312	2.588	(10,66%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	9.132	5.766	54,38%
a) Equilíbrio técnico	9.132	5.766	58,38%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	9.132	5.766	58,38%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

	2017	2016	Varição
a) Fundo administrativo do exercício anterior	591	326	81,28%
1. Custeio da gestão administrativa	1.218	1.320	(7,72%)
1.1. Receitas	1.218	1.320	(7,72%)
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	760	858	(11,42%)
Custeio administrativo dos Investimentos	6	11	(45,45%)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	56	66	(15,15%)
Resultado positivo líquido dos Investimentos	62	85	(27,06%)
Outras Receitas	334	300	11,33%
2. Despesas administrativas	(1.166)	(1.055)	10,52%
2.1. Administração previdencial	(1.109)	(1.026)	8,09%
Pessoal e Encargos	(667)	(599)	11,35%
Treinamentos/congressos e seminários	(49)	(19)	157,89%
Viagens e estadias	(4)	(5)	(20%)
Serviços de terceiros	(299)	(305)	(1,97%)
Despesas gerais	(14)	(25)	(44%)
Tributos	(76)	(73)	4,11%
2.2. Administração dos investimentos	(57)	(29)	96,55%
Serviços de terceiros	(39)	(17)	129,41%
Despesas gerais	(18)	(12)	50%
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	52	265	(80,38%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	52	265	(80,38%)
8. Operações Transitórias	-	-	-
b) Fundo Administrativo do exercício atual (A+7+8)	643	591	8,80%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEME – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

	2017	2016	
Provisões técnicas (1+2+3+4)	250.015	207.836	20,29%
I. Provisões matemáticas	237.323	198.526	19,54%
I.1 Benefícios concedidos	41.973	33.383	25,73%
Contribuição Definida	41.973	33.383	25,73%
I.2 Benefícios a conceder	200.426	170.155	17,79%
Contribuição Definida	200.106	167.863	19,21%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	108.869	91.356	19,17%
Saldo de Contas – parcela participantes	89.432	76.507	16,89%
Benefício definido	2.125	2.292	(7,29%)
I.3. Provisões matemáticas a constituir	(5.076)	(5.012)	1,28%
(-) Patrocinadores	(5.076)	(5.012)	1,28%
2. Equilíbrio técnico	9.132	5.766	58,38%
2.1 Resultados Realizados	9.132	5.766	58,38%
Superávit técnico acumulado	9.132	5.766	58,38%
Reserva de contingência	349	393	(11,20%)
Reserva para revisão do plano	8.783	5.373	63,47%
3. Fundos	3.307	3.352	(1,34%)
3.1 Fundo Previdencial	2.312	2.588	(10,66%)
3.2 Fundo dos Investimentos – Gestão Previdencial	995	764	30,24%
4. Exigível operacional	253	192	31,77%
4.1 Gestão previdencial	224	179	25,14%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	29	13	123,08%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

I - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II (“Entidade” ou “PREVEME II”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída na forma da legislação em vigor.

A PREVEME II tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da previdência social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

As Patrocinadoras contribuintes são:

- 3M do Brasil Ltda.;
- 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda;
- Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II; e
- Instituto 3M.

O plano de benefícios administrado pela PREVEME II está adequado aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº6, de 30 de outubro de 2003.

A Entidade administra um plano de contribuição variável inscrito sob o nº 2010.0020-83 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A modalidade do plano de benefícios da PREVEME II é de contribuição variável. Os benefícios oferecidos são: (a) aposentadoria normal; (b) aposentadoria antecipada; (c) aposentadoria por invalidez; (d) pensão por morte e (e) benefício proporcional. Todos os benefícios são calculados com base na transformação do saldo de conta total em renda. As opções de recebimento podem ser (i) prazo certo, (ii) percentual sobre o saldo (de 0,1% a 2%) ou (iii) renda mensal definida em Reais. Porém, nos casos de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte o plano garante acréscimos de saldo referentes às contribuições futuras da patrocinadora.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da PREVEME II são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, participantes autopatrocínados, benefício proporcional diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade conta com 3.353 Participantes Ativos (3.412 em 2016) e 167 Participantes Assistidos (140 em 2016).

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observada as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis a Entidade são Previdencial e Administrativa.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

A. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

B. REALIZÁVEL

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

C. INVESTIMENTOS – ATIVO

C.1. TÍTULOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 3.792 de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 e CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

C.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Cotas de fundos de investimentos de Renda Fixa, Multimercado, Participações e Imobiliário - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado na data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- **Renda Variável:** Cotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado na data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Gerais (“B3”), por meio do Banco Bradesco S.A., encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

A Entidade investe no Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário, no montante de R\$ 4.262 (R\$ 4.368 em 2016), no Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Corporativa (“FII RB”), no montante de R\$ 937 (R\$ 865 em 2016), no Pátria Brasil Infraestrutura III Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações, no montante de R\$ 1.472 (R\$ 1.411 em 2016) no Novero Coruja Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (“Novero Coruja”), no montante de R\$ 45.761 (R\$ 49.634 em 2016), no Capitânia Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa (“Cap. Index”), no montante de R\$ 4.206 (R\$ 3.960 em 2016) e no Capitania Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (“Cap. Mult.”), no montante de R\$ 17.471 (R\$ 16.629 em 2016).

O Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário divulgou suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017 com abstenção de opinião emitida pelo auditor do fundo. O fundo possuía investimentos em certificados de recebíveis imobiliários (“CRIs”) e cédulas de crédito imobiliário (“CCIs”) cujos devedores finais encontravam-se em processo de recuperação judicial e/ou cujas operações tiveram vencimento antecipado declarado. A abstenção de opinião está fundamentada nas incertezas em relação ao andamento do processo de Recuperação Judicial e ao sucesso das negociações com as devedoras.

Os Fundos de Participações e Imobiliários mencionados na nota explicativa 5.3 (a) e que totalizam investimentos de R\$ 2.409 (R\$ 2.276 em 2016) não tiveram suas demonstrações financeiras auditadas divulgadas na data-base de 31 de dezembro de 2017, dentro dos prazos regulatórios.

O Novero Coruja não teve suas demonstrações financeiras de 2017 auditadas na data-base de 30 de setembro de 2017. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, investia aproximadamente 25,14% do seu patrimônio líquido em outros fundos de investimento que possuem suas últimas Demonstrações Financeiras Auditadas com (16%) abstenção de opinião e com (9%) ressalvas relacionadas a limitação de escopo dos trabalhos.

O Cap Index teve suas Demonstrações Financeiras de 30/09/2017 ressalvadas, pois investe indiretamente em: CRI's da Esser Holding Ltda. (5,09%), que encontravam-se vencidos, da PDG Realty S.A. (3,68%), que estavam em recuperação judicial e cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sanasa (4,12%), cujas Demonstrações Financeiras não estavam auditadas.

O Cap. Mult. teve suas Demonstrações Financeiras de 30/06/2017 ressalvadas, pois investe indiretamente cerca de 28,73% em CRI's da Esser Holding Ltda., que encontravam-se vencidos, da PDG Realty S.A., que estava em recuperação judicial e Urbplan Desenvolvimento Urbano S.A., que teve a sua últimas Demonstrações Financeiras auditadas no exercício findo em 2013.

Conseqüentemente, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos devido pela Entidade nestes fundos investidos, bem como o resultado por eles produzidos no exercício findo nessa mesma data e o correspondente reflexo nas demonstrações contábeis da Entidade.

C.3. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela PREVEME II de acordo com o regulamento de empréstimo. Seu saldo reflete a posição da carteira na data do Balanço, atualizado pela Taxa Básica de Juros (Selic) e de encargos financeiros tal como Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

C.4. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para a constituição da provisão PCLD são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 225% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

D. EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

E. PATRIMÔNIO SOCIAL

E.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

E.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 22, de 25 de novembro de 2015.

E.3. FUNDOS

Os Fundos Previdenciais são constituídos pelo valor da conta de patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

Os Fundos Administrativos são constituídos com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano.

Os Fundos de Investimentos, são constituídos/revertidos com a finalidade suportar valores relacionados a carteira de empréstimos do plano.

F. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

4. DISPONÍVEL

Representado por conta corrente reconhecidos por seus valores em moeda nacional na seguinte instituição financeira:

	2017	2016
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	5	-
Banco Santander	72	28
Total do Disponível	77	28

5. REALIZÁVEL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	2017	2016
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	1.134	-
Contribuição do mês – Participantes	1.404	6
Outros Realizáveis	5	-
Total da Gestão Previdencial	2.543	6

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	2017	2016
Contas a receber		
Contribuição para custeio	57	-
Outros recursos a receber (*)	98	25
Outros realizáveis	21	7
Total da Gestão Administrativa	176	32

(*) Outros recursos a receber, referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

5.3. INVESTIMENTOS

A. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários da Entidade, por montante e natureza dos investimentos, era a seguinte:

	Natureza	2017	2016
Títulos mantidos até o vencimento			
Títulos Públicos		22.554	21.899
Notas do Tesouro Nacional – B	Público	22.554	21.899
Títulos para negociação			
Ações		393	-
Fundos de Investimentos		220.176	181.491
Renda Fixa		122.076	70.599
Novero Fundo de Invest. RF Crédito Privado Imobiliário	Privada	4.262	4.368
Capitania Index Cred. Priv. FIC Invest. RF	Privada	4.206	3.960
BNP Paribas Match DI Fundo de Invest. RF CP	Privada	67.847	45.642
Novero Coruja Fundo Invest. RF CP (Exclusivo)	Privada	45.761	49.634
Ações		19.936	7.798
AZ Quest Small Mid Caps FIC em Ações	Privada	846	600
Sul América Expertise II Fundo de Invest. em Ações	Privada	645	494
Global Research Enhanced Index Equity FI Exterior	Privada	-	2.099
Patria Pipe Feeder I FIC de Fundo de Invest. em Ações	Privada	9.343	4.605
Oceana Selection FIC de Fundo Inv. em Ações	Privada	3.590	-
Fama Fundo Invest. Cotas Fundos de Invest. Ações	Privada	1.570	-
Nucleo Capital NCI FIC de Fundo Inv. em Ações	Privada	1.350	-
Global Equity Fundo de Invest. Multimercado	Privada	2.592	-
Multimercado		75.755	100.818
BB Mult. Global Select Equity Invest. Exterior Invest.	Privada	4.750	3.729
BB Mult. Blackrock Invest. no Exterior Fundo Invest.	Privada	6.946	5.748
Pelicano Fundo de Investimento Multimercado	Privada	46.588	41.707
Capitania Multi Credito Privado FIC de FI Multimercado	Privada	17.471	16.629
Participações		1.472	1.411
Pátria Brasil Infraest. III FIC de FI em Participações ⁽¹⁾	Privada	1.472	1.411
Imobiliário		937	865
Fundo de Invest. Imobil Rio Bravo Renda Corporat. ⁽¹⁾	Privada	937	865
Empréstimos e Financiamentos		4.872	5.076
Total da carteira de investimentos		247.995	208.466

⁽¹⁾ Para o Fundo de Participações e Imobiliário, cujos investimentos totalizam R\$ 2.409 (R\$ 2.276 em 2016), não estavam disponíveis as demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de dezembro de 2017, cujos prazos regulatórios para divulgações das demonstrações contábeis são de 150 e 90 dias, respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários foram classificados, em sua maioria, como “títulos para negociação”, sem vencimento e estão registrados pelo valor de mercado.

B. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR PRAZO DE VENCIMENTO:

		2016		2016	
Vencimento		Custo Corrigido	Valor de Mercado	Custo Corrigido	Valor de Mercado
Títulos mantidos até o vencimento					
Títulos Públicos (a)	Acima de 360 dias	22.554	22.850	21.899	24.081
Títulos para negociação					
Ações	Sem vencido	303	393	-	-
Fundos de Investimentos		220.176	220.176	181.491	181.491
Renda Fixa	Sem vencido	122.076	122.076	70.599	70.599
Ações	Sem vencido	19.936	19.936	7.798	7.798
Multimercado	Sem vencido	75.755	75.755	100.818	100.818
Participações	Sem vencido	1.472	1.472	1.411	1.411
Imobiliário	Sem vencido	937	937	865	865
Empréstimos e Financiamento		4.872	4.872	5.076	5.076
Empréstimos	Sem vencido	4.872	4.872	5.076	5.076
Total da carteira de investimentos		247.905	248.291	208.466	210.648

(a) Títulos mantidos até o vencimento.

C. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS:

		2017			2016	
	Sem vencido.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Novero Coruja Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	22.946	8.531	14.284	45.761	45.761	49.843
Fundos Renda Fixa	16.515	-	-	16.515	16.515	16.317
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI ^(a)	-	-	12.852	12.852	12.852	14.997
Debentures ^(a)	-	6.628	1.432	8.060	8.060	5.828
Operações Compromissadas – LTNO	-	1.903	-	1.903	1.903	6.307
Contas a Pagar/Receber	6.430	-	-	6.430	6.430	6.393
Caixa	1	-	-	1	1	1

PELICANO Fundo de Invest. Multimercado	(148)	4.319	42.417	46.588	46.588	41.707
Opção de Futuro	-	5	53	58	58	-
Swap	-	-	-	-	-	(171)
Operações compromissadas - LTNO	-	2.457	-	2.457	2.457	1.439
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	1.857	4.177	6.034	6.034	14.991
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	38.187	38.187	38.187	25.565
Contas a Pagar/Receber	(174)	-	-	(174)	(174)	(127)
Caixa	10	-	-	10	10	10
Ajuste Líquido de Futuros	16	-	-	16	16	-

(a) Títulos mantidos até o vencimento.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2017	2016
Benefícios a pagar	31	34
Retenções a recolher	170	137
Outras exigibilidades (*)	23	8
Total de Gestão Previdencial	224	179

(*) Outras exigibilidades refere-se as contribuições de patrocinadoras recebidas a maior e que encontram-se em análise para devolução e repasse financeiro de contribuição administrativa de autopatrocinado e BPD entre o Plano de Benefícios e o PGA.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2017	2016
Contas a pagar		
Folha de Pagamento	77	66
Retenções a recolher	2	2
Tributos a recolher	48	37
Outras exigibilidades	6	-
Total de Gestão Administrativa	133	105

6.3 INVESTIMENTOS

	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	9	3
Relacionado com o Disponível	5	4
Outras Exigibilidades (*)	15	6
Total de Gestão Administrativa	29	13

(*) outras exigibilidades referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Willis Towers Watson, contratada pela PREVEME II, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização sendo: aposentadoria normal, antecipada, benefício proporcional, portabilidade, resgate de contribuição e parcela CD dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte utiliza-se o método de Capitalização Financeira. Parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras da patrocinadora nos benefícios de pensão por morte do ativo e aposentadoria por invalidez utiliza-se o Método do Crédito Unitário Projetado.

7.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

No exercício de 2017 a reserva de contingência corresponde a 16,45% (17,16% – 2016) da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir - conta serviço passado, conforme previsto na resolução, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

Em 2017, o Plano de Benefícios apresenta reserva especial. Sendo este o 2º ano de constituição desta reserva. O superávit do exercício se deve basicamente a redução do número de participantes, retorno dos investimentos superior a meta atuarial e redução da hipótese de projeção do crescimento real de salários.

7.3. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto no art. 28 da Resolução CCGPC nº 26/2008, nas situações de distribuição de superávit o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação é obrigatório.

Entretanto o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios da Entidade.

7.4. FUNDOS

O Fundo de Reversão, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefícios ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras da Patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de Patrocinadora, desde que previsto no plano de custeio anual aprovados pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O Fundo de Revisão, formado pelos valores para destinação da reserva especial, parte Patrocinadora tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente. O Fundo de Reversão, parte Participante foi atribuído aos participantes ativos em 31/12/2015 e foi utilizado para reduzir a contribuição básica de participante através de reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPD's por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano.

O Fundo Administrativo corresponde a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

	Em 31 de dezembro de 2016	Constituição/(Reversão) no exercício	Em 31 de dezembro de 2017
Provisões matemáticas			
Plano de Benefícios	198.526	38.797	237.323
Total de provisões matemáticas	198.526	38.797	237.323
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	393	(44)	349
Reserva para Revisão do Plano	5.373	3.410	8.743
Total do Equilíbrio Técnico	5.766	3.366	9.132
Fundos			
Previdencial	2.588	(276)	2.312
Administrativo	591	52	643
Investimentos	764	231	995
Total de Fundos	3.943	(7)	3.950

8.1. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre o atuário e a Entidade e contam com o aval das patrocinadoras. Para o fechamento do exercício de 2017 e 2016 foram realizados estudos de aderência das hipóteses atuariais.

Para o fechamento do exercício de 2017 e 2016 foram realizados estudos de aderência da hipótese de taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2016 e da Instrução nº 23/2015.

As principais hipóteses financeiras, biométricas e demográficas utilizadas na apuração das provisões matemáticas foram:

- **Hipóteses econômicas e financeiras**

	2017	2016
Taxa real de juros:	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário:	2,0% a.a.	4,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Salários:	100%	100%
Benefícios do plano:	100%	100%

• **Hipóteses biométricas e demográficas**

	2017	2016
Tábua de Mortalidade Geral:	AT – 2000 (*)	AT – 2000 (*)
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Invalidez:	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%
Tábua de Rotatividade:	Experiência Towers Watson modificada Preveve II	Experiência Towers Watson modificada Preveve II

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%.

As Hipóteses Biométricas e Demográficas foram mantidas e estão de acordo com o Estudo de Aderência realizado em dezembro de 2017 e 2016.

9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

A) IMPOSTO DE RENDA

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

B) PIS E COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e o COFINS (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade sobre as receitas administrativas.

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

GUSTAVO BICUDO E CECCATO
Diretor Superintendente
CPF: 172.037.978-56

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
Contador – CRC 1SP-221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME II

CNPJ/MF nº 11.048.745/0001-47

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 27 de março de 2018, às 11:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., Edifício 24. **PRESENÇA:** Conselheiros presentes – FRANCISCO MIGUEL BARBEIRO e AFONSO LUIZ CHAGURI, ausente o Conselheiro JOSE FERNANDO DO VALLE, e, como convidada, RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI, brasileira, casada, domiciliada no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 28.335.313-2 SSP/SP e no CPF/MF sob nº 314.605.648-80. **MESA:** AFONSO LUIZ CHAGURI – Presidente e RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Sociedade do exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, instalou a presente Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo com a presença de 02 (dois) dos 03 (três) membros do Conselho Deliberativo da Sociedade, lembrando o disposto no *caput* do art. 20 do Estatuto da Sociedade, o qual prevê que as reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros e as deliberações tomadas pela maioria simples dos presentes. Na sequência, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à apreciação dos membros presentes do Conselho Deliberativo, as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme versão final da minuta do relatório de auditoria independente, bem como receberam parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Sociedade, em reunião realizada nesta data às 09:00 horas. Após, os membros presentes do Conselho Deliberativo deliberaram, por unanimidade dos presentes, pela aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Contábeis Consolidadas exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 27 de março de 2018.

MESA:

AFONSO LUIZ CHAURI - Presidente;
RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - Secretária.
RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP nº 127.882.

VISTO:

CONSELHEIROS:


FRANCISCO MIGUEL BARBEIRO


AFONSO LUIZ CHAGURI

PARECER DO CONSELHO FISCAL



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEVE II
 CNPJ/MF nº 11.048.745/0001-47
 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 27 de março de 2018, às 09:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., Edifício 24. **PRESENÇA:** CONSELHEIROS – MARCIO ELIANDRO POMINI, RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI e ANDERSON MEIRA COTRIM. **MESA:** MARCIO ELIANDRO POMINI – Presidente e RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Apresentação e avaliação das Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme versão final da minuta do relatório de auditoria independente, após o que este Conselho, por unanimidade e sem ressalvas, emitiu parecer favorável às Demonstrações Contábeis Consolidadas. A seguir, as referidas Demonstrações Contábeis Consolidadas serão apresentadas à Diretoria e submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo da Sociedade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 27 de março de 2018.

MESA: MARCIO ELIANDRO POMINI – Presidente.
 RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - Secretária.

VISTO: RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP Nº 127.882.

CONSELHEIROS:


 MARCIO ELIANDRO POMINI


 RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI


 ANDERSON MEIRA COTRIM

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios são: Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, 3M do Brasil Ltda., 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda. e Instituto 3M.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 462, de 27/08/2015, publicada no D.O.U. em 28/08/2015.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2017
Participantes ativos		
Número		3.291
Idade média (em anos)		38,40
Tempo de serviço médio (em anos)		11,40
Participantes em aguarde de benefício proporcional¹		
Número		411

1 Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos		30/09/2017
Número de aposentados válidos		166
Idade média (em anos)		60,4
Valor médio do benefício (R\$)		1.990,30

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juros	5,0%	5,0%
Projeção do crescimento real de salário	2,0%	4,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - salários	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)
Rotatividade	Experiência WTW modificada PREVEME II	Experiência WTW modificada PREVEME II
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18 de 28/3/2006, na Portaria Previc nº 375/2017 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada para desenvolver o estudo de aderência da taxa de juro do plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses atuariais e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com nível de confiança de 53%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,00% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº375 para esse plano (limite inferior: 4,39% e limite superior: 6,67%).

Assim, pode-se afirmar com o nível mínimo exigido de confiabilidade estatística a convergência da taxa real de juros de 5,00% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo acima foi enviado à Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em atendimento a legislação.

Sendo assim, a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II e as patrocinadoras do Plano de Benefícios optaram por manter a taxa real anual de juro de 5,00% a.a. na avaliação atuarial de 2017.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano PREVEME II, realizou, em novembro de 2017, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, apresentando a adoção da taxa de crescimento salarial real de 2,00% a.a.

As patrocinadoras consideraram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do plano, foram realizados em 2017 estudos de aderência de hipóteses.

Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Entrada em Invalidez, Rotatividade, Entrada em Aposentadoria e Composição Familiar.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2017 são as indicadas por esse estudo.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização, conforme descrito a seguir:

- Aposentadoria Normal, Antecipada, Benefício Proporcional, Portabilidade, Resgate de Contribuições e parcela CD dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte: Método de Capitalização Financeira;
- Parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras da patrocinadora nos benefícios de Pensão por Morte do Ativo e Aposentadoria por Invalidez: Método do Crédito Unitário Projetado.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balancete do Plano de Benefícios da PREVEME II de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 250.405.043,81.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

De acordo com informações prestadas pela PREVEME II para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano PREVEME II possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	246.455.440,91
Provisões Matemáticas	237.323.085,64
<i>Benefícios Concedidos</i>	41.973.058,09
Contribuição Definida	41.973.058,09
Saldo de Conta de Assistidos	41.973.058,09
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	200.426.540,29
Contribuição Definida	198.301.324,29
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	108.869.659,39
Saldo de Contas – Parcela Participantes	89.431.664,90
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.125.216,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.034.834,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(909.618,00)

Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(5.076.512,74)</i>
Serviço Passado	(5.076.512,74)
Patrocinador(es)	(5.076.512,74)
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	9.132.355,27
Resultados Realizados	9.132.355,27
Superávit Técnico Acumulado	9.132.355,27
Reserva de Contingência	349.598,03
Reserva Especial para Revisão de Plano	8.782.757,24
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	3.949.602,90
Fundo Administrativo	642.449,31
Fundo de Reversão	642.449,31
Fundo de Investimentos	995.144,76
Fundo de Revisão – Patrocinadora 2015	1.656.234,45
Fundo de Revisão – Participante 2015	13.525,05

O Fundo de Reversão, de acordo com o Regulamento do Plano Benefícios, é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefício ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras de patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de patrocinadora, desde de que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Patrocinadora 2015” tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Participante 2015” será atribuído aos participantes ativos em 31/12/2015 e será utilizado para reduzir a contribuição básica de participante através de reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento. Os montantes individuais foram definidos com base nos dados dos participantes ativos do Plano em 31/12/2015 na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPDs por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano. Estes fundos estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2016.

Caberá à Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II proceder à utilização e destinação dos fundos previdenciais ora instituídos.

Em 2017, o Plano de Benefícios apresenta reserva especial. Sendo este, o 2º ano de constituição desta reserva.

A reserva de contingência corresponde a 16,45% da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir - conta serviço passado, conforme previsto na Resolução CGPC nº26/2008, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

Durante o exercício de 2018 recomendamos a Preveve II adote as providências necessárias para obter junto à Previc autorização para revisão da conta serviço passado, de forma que seu valor guarde conformidade com as obrigações do plano. Isto ocorrendo será possível a aplicação integral dos dispositivos normativos vigentes para apuração da reserva de contingência.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto no art. 28 da Resolução CCGPC nº 26/2008, nas situações de distribuição de superavit o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação é obrigatório.

Entretanto, o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios PREVEVE II.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	242.399.598,38	242.573.070,10	-0,07%
Benefícios Concedidos	41.973.058,09	41.973.058,09	0,00%
Contribuição Definida	41.973.058,09	41.973.058,09	0,00%
Benefícios a Conceder	200.426.540,29	200.600.012,01	-0,08%
Contribuição Definida	198.301.324,29	198.301.324,29	0,00%
Benefício Definido	2.125.216,00	2.298.687,72	-7,55%

Convém ressaltar que 0,88% (R\$ 2.125.216,00) do Passivo Atuarial de R\$ 242.399.598,38 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco. Os 99,12% restantes (R\$ 240.274.382,38) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEVE II.

A variação da provisão matemática de benefícios a conceder – benefício definido foi resultado principalmente da alteração da hipótese de projeção do crescimento real de salários.

VI – PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, de abril de 2018 a março de 2019, as contribuições equivalentes a 0,60% da folha de salários, sendo 0,06% correspondente ao custo normal, mais 0,23% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado e 0,31% para cobertura das despesas administrativas.

As patrocinadoras utilizarão, durante o ano de 2018, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão e no Fundo de Revisão - Patrocinadora para financiar as contribuições mensais referentes ao custo normal de 0,06% da folha de salários de participação e à amortização das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado de 0,23% da folha de salários de participação.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento e estimadas em 4,77% da folha de salários.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é de 11 anos e 8 meses, contados a partir de 31/12/2017.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas, em 31/12/2017, em 3,98% da folha de salários.

Autopatrocínados

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes aguardando o benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 0,31% sobre o salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Resumo comparativo do plano de custeio

Dada a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2018)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	0,06%	0,07%
Serviço Passado	0,23%	0,21%
Custeio Administrativo	0,31%	0,27%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,60%	0,55%

O plano de custeio entrará em vigor em 01/04/2018.

VII – CONCLUSÃO

O superávit do exercício se deve basicamente a redução do número de participantes, retorno dos investimentos superior a meta atuarial e redução da hipótese de projeção do crescimento real de salários.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2018.

Rafael dos Santos Silva
MIBA nº 1.235

Thiago José de Azeredo Campos Manso
MIBA nº 3.071



 preveme II